



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 1/2021 - COMISSÕES/MEMORIA

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93 e das regras da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, elaboramos o presente Projeto Básico que objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica para atender demanda do Núcleo de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia a fim de atender ação relacionada à preservação da memória institucional.

Sua elaboração observa, ainda, as regras e diretrizes para contratação bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução n. 23.234, de 25/03/2010.

2 – DO OBJETO

Objetiva-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de impressão gráfica para atender demanda do Núcleo de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	FORMA DE MEDIDA
01	<p>LIVRO - Impressão e acabamento de livro de no máximo 130 páginas.</p> <p>Miolo: Impressão laser com tamanho A4 (210 mm x 297mm), impressão 4x4 cores, em papel Couchê Brilho 115g.</p> <p>Capa: Impressão Off-set com tamanho 29,7x43cm, 4x0 cores, em papel Couchê Brilho 300g. Acabamento da encadernação com laminação Bopp fosco 1 lado colado com Cola PUR e lombada quadrada.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para</p>	60	Unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovação (boneca) deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca).		
---	--	--

2.1 Informações complementares ao Objeto

1. O envio da arte e da requisição ocorrerá por meio de mensagem eletrônica;
2. A primeira versão para aprovação (boneca) deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca).;
3. A Contratante entregará à empresa contratada a arte final dos materiais em arquivos Corel Draw X7 ou superior; Adobe In Design CC 2019 ou equivalente; Adobe Photoshop, versão CC 2019 ou superior; ou em formato PDF, devendo possuir meios próprios para visualização e ajustes na arte se necessário;
4. Será de responsabilidade da empresa contratada solucionar, nos arquivos magnéticos enviados, qualquer problema de compatibilidade com o software ou versão deste, para assegurar a qualidade da impressão dos materiais;
5. A Contratada deverá comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los ou atrasá-los.

2.2 Dos Critérios de Aceitação do Objeto

1. A aceitação do objeto observará os seguintes parâmetros:
 - a) Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de dimensões, gramatura e prazos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) O material será recusado, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo fiscal da contratação, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, se:

2. Constatado que os mesmos apresentam desacordo com as especificações deste instrumento, da proposta da contratada, da nota de empenho;
3. Entregues em desacordo com a arte fornecida;
4. Entregues fora do prazo, tornarem-se inútil ao fim que se destina, pois o item aqui descrito destinam-se a compor cerimonial específico a ser presidido pelo Presidente do TRE-Rondônia;
5. Apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedade para o uso.

3 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 Da Necessidade

A contratação aqui proposta visa preservar a memória institucional ao possibilitar a impressão de livro de discursos dos presidentes do TRE-Rondônia no exercício da jurisdição eleitoral.

Conforme o disposto no PSEI 0001086-46.2020.6.22.8000, Plano de Gestão da Presidência do Excelentíssimo Desembargador Presidente Marcos Alaor Diniz Grangeia, biênio 2020-2021, evento 0530480, Propósito XI, Aprimorar a Gestão da Informação é propósito estratégico da gestão, e implementar ações da Memória Eleitoral no intuito de registrar ações de preservação da memória institucional é cumprir estrategicamente esse propósito, tudo de acordo com a política de valorização da memória institucional determinada pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ nº 324, de 30/06/2020, e Portaria TSE nº 256/2014.

4 - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente no tocante à sua visão de futuro, que consiste em "**Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança**", sendo a transparência um de seus principais valores.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 246/2020, de 08/10/2020.

O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar:

I – critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, tais como:

- a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- d) gêneros alimentícios.

II - práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

III – critérios e práticas de sustentabilidade no projeto e execução de obras e serviços de engenharia, em consonância com a Resolução CNJ 114/2010;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as limitações de cada município.

No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir, quer nos editais ou mesmo nos instrumentos contratuais o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Ademais, verifica-se que o objeto pretendido não se enquadra nas hipóteses listadas no retrocitado artigo 17 da Resolução CNJ n. 201/2015.

6 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal é, sempre que possível, adotada como um referencial de boa prática.

Referida norma estabelece em seu Art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o painel de preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

Ocorre que, pelas características do objeto pretendido, para os quais estão sendo definidas entrega em 05 (cinco) dias corridos a contar da entrega da arte, a adoção do painel de preços ou contratações similares de outros entes públicos como referencial de preços levará a distorções porque não contemplará as especificidades da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, optou-se pela pesquisa de preços com os fornecedores potenciais, procedimento previsto no inciso IV do Art. 2º da norma citada, entendido como mais efetivo para estimar de forma eficaz o preço dos serviços pretendidos. O valor total do item 1 deste Projeto Básico, apresentado pela empresa vencedora é de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Valor obtido por meio da Cotação de Preços CJD 2021, distribuída no mercado local, para a qual obteve-se o seguinte resultado:

Item 1. LIVRO				
Ordem	Empresa	CNPJ	Valor	Cotação e Habilitação
1	Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eireli - EPP	07.161.584/0001-26	16.650,00	0683811 e 0685062
2	MSB Comércio e Serviços Eireli - ME	24.342.184/0001-36	16.0740,00	0683817 e 0685092
3	M & M Gráfica e Editora Ltda.	01.176.195/0001-98	23.400,00	0683818 e 0685093

Valor Total R\$	16.650,00
-----------------	-----------

Verificado o menor valor nas cotações válidas apresentado pela empresa **Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eireli - EPP**, CNPJ n. 07.161.584/0001-26, para o **item 1**, no valor total de R\$ 16.650,00 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais), evento 0683811, juntamente com todas as certidões necessárias, evento 0685062.

Não foi possível conseguir no mercado local outras empresas com capacidade técnica e estrutura logística necessária para atender em tempo hábil a confecção do objeto deste Projeto Básico, nos termos e condições estabelecidas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.122.0033.20GP.0011 – 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Adm. na Justiça Eleitoral / 0011 - No Estado de Rondônia

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DESPESA AGREGADA: SERVIÇOS GRÁFICOS, DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

PLANO INTERNO: ADM APOIO

8 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR DA DESPESA

8.1 Dispensa de licitação em razão do valor:

Tomando-se por base as propostas apresentadas, a que melhor se enquadra às necessidades deste TRE-RO é a **Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eireli - EPP**, CNPJ n. 07.161.584/0001-26, no valor total de R\$ 16.650,00 (dezesesseis mil, seiscentos e cinquenta reais). Foi juntado aos autos a comprovação de regularidade para contratar com o setor público demonstrada pelas certidões juntadas no evento 0685062. Assim, esta unidade entende que a contratação pode ser realizada diretamente, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93.

Dados da futura contratada:

CNPJ n. 07.161.584/0001-26

Email: atendimento@graficaimediata.com.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Endereço: Rua Miguel Chakian, 328-A, Bairro Nova Porto Velho, CEP 76.820.094

Telefone: 3212-0506

Dados Bancários:

Banco: 104 Caixa Econômica Federal

Agência: (Nº C/ 05 DÍGITOS): 2848-7

Número da conta-corrente: 3.235-3

Dados do representante legal:

Nome: Selem Ramez Esber

RG: 622.658 Órg. Exp. SSP/RO

CPF: 675.988.972-04

9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. A gestão e a fiscalização do contrato será exercido pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

3. Os procedimentos adotados são os previstos neste projeto básico, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10 - DO CONTRATO

1. Para efetivar a contratação, será emitida Nota de Empenho de Despesa em favor da adjudicatária, substitutiva do contrato na forma do caput do art. 62 da Lei n. 8.666/93;
2. À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 São obrigações da Contratante:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
2. Receber de forma definitiva, até 05 (cinco) dias úteis o material entregue pela contratada, juntamente com Nota Fiscal;
3. Pagar à contratada pelos serviços regularmente prestados, de acordo com as seguintes regras e condições:
 - 3.1 O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, e precedida mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Nota Fiscal for atestada, sendo efetuadas as retenções legais;
 - 3.3. No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e ao CNJ;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

3.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%;

3.6 A compensação financeira prevista neste item cobrada em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

11.2 São obrigações da Contratada:

1 .Entregar a primeira versão para aprovação (boneca) no TRE-RO no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta cotação de preços e na legislação específica aplicável aos serviços.
3. Manter, durante todo período de execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRE-RO a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do gestor do contrato, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
5. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 Sanções Moratórias:

1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a celebração do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

1.1 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

1.2. Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial das obrigações assumidas.

1.3 30% (trinta por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Também poderão ser aplicadas multas moratórias pelas infrações cometidas e o grau respectivo, na forma indicada na tabela adiante:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
2	4% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
3	6% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
4	8% DO VALOR TOTAL CONTRATADO

3. Demais descumprimentos de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação estipulada neste instrumento, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

3.1 primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

3.2 segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

3.3 terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

3.4 quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual.

12.2 Sanções Punitivas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

1.1 advertências.

1.2 multas sobre o valor do contrato e fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, de até 30% (trinta por cento).

1.3 suspensões temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.4 declarações de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

2. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida nesta cotação de preços, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

3. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

4. A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

5. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei nº 6.830/80).

6. Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

7. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02).

8. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO - CAI2.

9. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

13 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Cotação de Preços CJD 2021, conforme listado no item 6;



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MENDES GARCIA, Coordenador(a)**, em 30/04/2021, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0685098** e o código CRC **0AE2BBD3**.

0001447-29.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001447-29.2021.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: : **Dispensa de Licitação** – Contratação de empresa especializada na impressão gráfica do livro *Discursos dos Presidentes*. **Análise**

PARECER JURÍDICO Nº 42 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de *Jurisprudência e Documentação, Comitê Gestor da Memória Eleitoral* (CJD), a pedido do Exmo. Sr. Presidente do TRE- ([0679294](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na impressão gráfica do livro *Discursos dos Presidentes*.

02. A Solicitação de Contratação ([0679298](#)) para elaboração de estudo técnico preliminar e projeto básico da contratação pretendida foi demandada pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, Comitê Gestor da Memória Eleitoral e solicitada pelo gabinete da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação. Os autos foram enviados a SAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para a necessária autorização e pelo Despacho nº 498/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC a solicitação recebeu a autorização do secretário da SAOFC, que determinou a devolução dos autos a CJD para a elaboração do estudo técnico preliminar e projeto básico ([0680011](#)).

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico foi juntado aos autos no evento [0680715](#).

04. Para a pesquisa dos preços da contratação pretendida a SLC realizou a Cotação de Preços entre empresas especializadas no ramo de atividade no mercado local, as quais apresentaram proposta, são essas as empresas:

- RODA VIVA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA EIRELI ([0683811](#)) – apresentou proposta no valor de R\$ 16.650,00 e regularidade fiscal ([0685062](#) e [0687274](#));
- MSB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME ([0683818](#)) - Apresentou proposta no valor de R\$ 16.740,00 e regularidade fiscal ([0685092](#)) e,
- M & M GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP ([0685062](#)) – Apresentou proposta no valor de R\$ 23.400,00 e regularidade fiscal ([0685093](#)).

05. O Projeto Básico Nº 1/2021 – COMISSÕES/MEMÓRIA ([0685098](#)) contém a descrição do objeto, a justificativa, alinhamento ao planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, contrato, obrigações, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato. O instrumento foi submetido a análise da COMAP ([0687280](#)) que concluiu estar o instrumento, complementado pela Cotação de Preços, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, manifestando-se pela adjudicação do objeto à empresa **Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eireli - EPP**, CNPJ 07.161.584/0001-26.

06. A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0687425](#)) no valor de R\$ 16.650,00 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta reais), com a informação de que: *1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamentárias referentes a este exercício financeiro. 2. Proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#)

07. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, seu artigo 191 c/c art. 193 permite ainda a utilização da Lei n. 8.666/93 até o decurso do prazo de 02 (dois) anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Nesse sentido, este parecer adota as regras da lei geral de licitações anterior.

09. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

11. Esclarece-se que o percentual de **10%** (dez por cento) mencionado corresponde hoje a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, foi atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelecendo o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

12. No caso em tela, o valor total do serviço pretendido é de **R\$ 16.650,00** (dezesseis mil e seiscentos e cinquenta reais), conforme demonstrado no item 6 Projeto Básico juntado ([0685098](#)) e na Cotação de Preço realizada e proposta da empresa **RODA VIVA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA Eireli - EPP**, CNPJ 07.161.584/0001-26



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0683811](#)), dessa forma estando dentro do limite legal, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado específico ([0683811](#), [0683818](#) e [0685062](#)), ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

14. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

15. No vertente caso, foram obtidas, no mercado local especializado para os serviços, 03 (três) cotações de preço válidas ([0683811](#), [0683818](#) e [0685062](#)) - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público - o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, **“faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”**. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: **Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971**

16. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **RODA VIVA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA Eireli - EPP**, CNPJ 07.161.584/0001-26, no valor de R\$ 16.650,00 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

17. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

18. No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0685062](#) e [0687274](#)). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

19. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **RODA VIVA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA Eireli - EPP**, CNPJ 07.161.584/0001-26, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotação/proposta existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

20. De outro lado, o Projeto Básico 1 ([0685098](#)), complementado pela Cotação de preços e proposta da empresa, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, no entanto antes da apresentação a autoridade competente para aprovação o instrumento e seu anexo merecem as seguintes correções:

Projeto Básico – Correção de erro material no valor da empresa vencedora citado no enunciado do item 6 e também o valor da empresa MSB em quadro demonstrativo do mesmo item e,

Cotação de Preços – Juntada aos autos dos formulários de cotação de preços com a assinatura do servidor, nos termos do **Acórdão TCU nº 909/07 - 1ª Câmara** – “É obrigatória a identificação do servidor responsável pela cotação de preços e a sua assinatura nos documentos de sua autoria”.

III – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa **RODA VIVA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA Eireli - EPP**, CNPJ 07.161.584/0001-26, no valor de **R\$ 16.650,00** (dezessete mil e seiscentos e cinquenta reais), por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, e

b) pela apresentação do PB 1 juntado aos autos ([0685098](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado, após atendidas as recomendações anotadas no item 20 deste opinativo.

22. Por fim, orienta esta AJDG que, se necessário, antes de formalizar a contratação, as certidões de regularidade da empresa vencedora sejam atualizadas.

23. Cabe o registro de que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que regimentalmente inapta a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos e de conveniência associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 06/05/2021, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0688605** e o código CRC **6730A197**.

0001447-29.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001447-29.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INTERESSADO: SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA
INFORMAÇÃO**

**ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na impressão gráfica
do livro "Discursos dos Presidentes".**

DESPACHO Nº 553 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD), a pedido do Exmo. Sr. Presidente do TRE-RO, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na impressão gráfica do livro Discursos dos Presidentes ([0679294](#)).

Carreou-se a Solicitação de Contratação ([0679298](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ([0680715](#)) e a cotação de preços para os serviços pretendidos, verificando-se, ao final, que o melhor preço objetivo foi oferecido pela empresa Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eireli - EPP, no valor de R\$ 16.650,00 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta reais) ([0683811](#)).

Juntou-se o Projeto Básico 1 ([0685098](#)) contendo a descrição do objeto, a justificativa, alinhamento ao planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, contrato, obrigações, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, complementado pela proposta da empresa ([0683811](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0687280](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0687425](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

A AJDG em análise exarou parecer pela possibilidade de aprovação do projeto básico após atendidas as recomendações anotadas no item 20 de seu opinativo e pela contratação direta da empresa por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993 ([0688605](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instada, a SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP ([0680715](#)) e do projeto básico ([0685098](#)); autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; contratação direta da empresa supradita, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação da dispensa apenas no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade ([0688661](#)).

Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, seu artigo 191 c/c art. 193 permite ainda a utilização da Lei n. 8.666/93 até o decurso do prazo de 02 (dois) anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Nesse sentido, neste despacho serão adotadas as regras da lei geral de licitações anterior.

Feito o registro supra, tem-se que compulsando os autos, entende-se possível enquadrar a despesa pretendida no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, realizando-se a contratação, diretamente, com a empresa Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eireli - EPP, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

Na análise do feito, verificou-se que foram obtidas no mercado local três propostas ofertadas por empresas especializadas nesse ramo de atividade, havendo informação da impossibilidade de conseguir no mercado local outras empresas com capacidade técnica e estrutura logística necessária para atender em tempo hábil a confecção do objeto deste Projeto Básico, nos termos e condições estabelecidas.

Ressalva-se, no entanto, a necessidade de operar as correções apontadas pela AJDG no item 20 de seu parecer ([0688605](#)) no Projeto Básico n. 1/2021 ([0685098](#)), no que diz respeito a presença de erro material no valor da empresa vencedora citado no enunciado do item 6 e também no valor da empresa MSB em quadro demonstrativo do mesmo item, bem como quanto a obrigatoriedade de identificação do servidor responsável pelas cotações de preços e aposição de sua assinatura nos documentos de sua autoria.

Diante do exposto, com fulcro nas competências delegadas pelo art 1º, inciso I, da Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

1. Aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0680715](#)) e o Projeto Básico ([0685098](#)), com fundamento no art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/1993;

3. Dispensa a formalização de contrato, substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual;

4. Adjudica o objeto à empresa RODA VIVA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA Eireli - EPP, CNPJ 07.161.584/0001-26, e **autoriza a emissão de Nota de Empenho** no valor de **R\$ 16.650,00** (dezesete mil e seiscentos e cinquenta reais) em seu favor.

À **Comissão de Memória** para retificação do PB [0685098](#), em atenção ao item 20 do Parecer Jurídico AJDG [0688605](#).

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida, devendo observar a atualização das certidões antes de efetivada a contratação, em atendimento ao item 22 do referido Parecer Jurídico.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 10/05/2021, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0688725** e o código CRC **0735828B**.